



Reflexões sobre ser índio ou indígena como elementos do movimento de resistência

Reflections on being Indian or indigenous as elements of the resistance movement

Ketlen Lima de Souza APURINÃ¹

Universidade federal do Acre (UFAC)

Ernizia Borges Sereno KAXINAWÁ.²

Universidade federal do Acre (UFAC)

Liliane Araújo Maia PUYANAWA³

Universidade federal do Acre (UFAC)

Aline Andréia NICOLLI.⁴

Universidade federal do Acre (UFAC)

RESUMO: Este trabalho problematiza o uso dos termos “Índio” e “Indígena” e se propõe a enfatizar alguns aspectos da resistência indígena como produtora do cotidiano e mantenedora da ancestralidade indígena. Em relação à problematização dos termos, importa indicar que não temos a intenção de cristalizar ou ditar uma regra sobre o que vem a ser uma pessoa indígena num contexto tão diverso como o brasileiro, mas lançar algumas questões para reflexão e abertura de outros debates. Para isso, registramos que nossas reflexões emergiram devido à encruzilhada das realidades vividas pelas(os) estudantes indígenas do Grupo PET Conexões de Saberes: Comunidades Indígenas, da Universidade Federal do Acre. Dessa forma, o que se apresenta, ao longo do presente texto, é resultado de um exercício completamente experimental e, por isso, caracteriza-se como uma fala e uma escrita situadas em um lugar e um tempo específicos. Uma fala e uma escrita sobre o que é ser indígena a partir da experiência de estar

¹Bacharel em psicologia, Universidade Federal do Acre (UFAC), centro de filosofia e ciências humanas, Rio Branco/AC. E-mail: ketlima17@gmail.com.

²Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco/AC. E-mail: ernizia2910@gmail.com.

³Bacharel em História, Universidade federal do Acre (UFAC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco/AC. E-mail: liliane.puyanawa@gmail.com.

⁴Tutora PET conexões de saberes. Doutora em Educação pela UFMG, Universidade Federal do Acre (UFAC), Centro de Educação, Letras e Artes, Rio Branco/AC. E-mail: anicolli@gmail.com.



nos mundos (ou no mundo) atravessada pelas histórias, culturas e linguagens, entre outras tantas coisas que não são, de forma alguma, fixas. Ao contrário, tudo está em movimento e tudo é datado. Por isso, não se trata de uma fala ou de um texto de impacto, mas do resultado de um processo de autorreconhecimento, que implica a ressignificação de um pertencimento étnico, primeiro de forma individual e, depois, coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Indígena. Índio. Resistência.

ABSTRACT: This paper problematizes the use of the terms “Indian” and “Indigenous” and aims to emphasize some aspects of indigenous resistance as a producer of daily life and maintainer of indigenous ancestry. Regarding the problematization of the terms, it is important to point out that our intention is not to crystallize or dictate a rule about what an indigenous person is in a context as diverse as Brazil, but to raise some questions for reflection and to open other debates. To this end, we note that our reflections emerged due to the crossroads of realities experienced by indigenous students of the PET Conexões de Saberes Group: Comunidades Indígenas, of the Federal University of Acre. Thus, what is presented throughout this text is the result of a completely experimental exercise and, therefore, is characterized as speech and writing situated in a specific place and time. A speech and a piece of writing about what it means to be indigenous, based on the experience of being in worlds (or in the world) permeated by stories, cultures and languages, among many other things that are not fixed in any way. On the contrary, everything is in motion and everything is dated. Therefore, it is not a speech or a text with impact, but the result of a process of self-recognition, which implies the redefinition of ethnic belonging, first individually and then collectively.

KEYWORDS: Indigenous. Indian. Resistance.

Introdução

Antes de iniciar, gostaríamos de salientar que o que se apresenta ao longo do presente texto é resultado de um exercício completamente experimental e, por isso, caracteriza-se como uma fala e uma escrita situadas em um lugar e um tempo específicos. Uma fala e uma escrita sobre o que é ser indígena a partir da experiência de estar nos mundos (ou no mundo) atravessada pelas histórias, culturas e linguagens, entre outras tantas coisas que não são, de forma alguma, fixas. Ao contrário, tudo está em movimento e tudo é datado. Por isso, não se trata de uma fala ou de um texto de impacto, mas do resultado de um processo de autorreconhecimento, que implica a ressignificação de um pertencimento étnico, primeiro de forma individual e, depois, coletiva.

Assim, falar e escrever sobre o que é ser índio ou sobre o que é ser indígena pressupõe, antes de tudo, considerar, segundo Márcia Mura (2022) que, índio é um termo genérico, que não considera as especificidades que existem entre os povos indígenas, como as especificidades linguísticas, culturais e mesmo a especificidade de



tempo de contato com a sociedade não indígena. A palavra *indígena* também é genérica, até mesmo, pode-se dizer, problemática e carregada de vários sentidos/significados. No entanto, atualmente, tem sido utilizada para designar aquilo que é natural do lugar em que vive e, por isso, o movimento indígena, por exemplo, tem dado prioridade à sua utilização.

O desafio, nesse caso, a nosso ver, é, entre outras coisas, não negar essa complexidade, essa polissemia, mas refletir sobre o quanto e como a palavra indígena tem sido usada para substituir a palavra *índio* e sobre o quanto esta substituição busca, de alguma forma, promover um movimento de supressão do sentido pejorativo produzido/reproduzido, desde a chegada dos invasores em território brasileiro, que objetivou/objetiva a massificação discursiva que insiste em colocar todos, que aqui estavam/estão, num mesmo lugar.

Ante o exposto, importa assinalar que, de um lado, pode ser arriscado acreditar que a simples troca de uma palavra por outra, para denominar um grupo social, seja suficiente para romper com o preconceito, a discriminação, com as palavras e as ações pejorativas que nos acompanham há séculos. Por outro lado, no entanto, depois de todas e tantas formas de violência, que ainda vivem os povos indígenas, se faz necessário e urgente entender que precisamos nos organizar sobre uma outra palavra/categoria, mesmo que seja complexa, para conseguirmos, de alguma forma, nos reorganizar no contexto dessa sociedade ocidental capitalista e dominante.

Destaca-se, por fim, que se trata de uma fala, de uma escrita que assume características de um relato de experiência, posto que, de alguma forma, objetiva apresentar uma narrativa detalhada e, ao mesmo tempo, descritiva e reflexiva, a partir de experiências vividas, de forma a problematizar, como dito anteriormente, os conceitos de índio e de indígena, especialmente, no que se refere, primeiramente, à construção histórica dos termos; depois, em relação aos aspectos culturais e identitários e, por fim, enquanto mecanismo de luta e resistência.

1. Ser índio... ser indígena...

Somos índios ou indígenas? Recorrentemente temos ouvido falar sobre a utilização de termos adequados para nomear àquelas e àqueles que constituem, com seus saberes, suas culturas e suas histórias, os diferentes grupos étnicos que representam



os Povos Originários neste país. Diante disso, nos propusemos a tecer algumas reflexões sobre o tema e, para isso, iniciaremos pontuando que mais do que a utilização de um termo o que precisa ser pautado é a forma ou o contexto como ele é utilizado.

Sendo assim, podemos dizer que usar a denominação “Índio” como termo pejorativo é uma forma de discriminação racial e cultural, muitas vezes associada a estereótipos negativos e preconceituosos em relação aos povos indígenas. Utilizar o termo de forma pejorativa é desrespeitoso e perpetua a marginalização desses grupos, ignorando sua história, cultura e lutas. É importante reconhecer e combater o uso de termos pejorativos que reforçam estereótipos e preconceitos. A valorização e o respeito à diversidade cultural são fundamentais para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ante o exposto, a denominação “Indígena” significa, quase que naturalmente, um termo carregado de mais sentido e complexidade, posto que o indígena é àquela ou àquele que pertence a um dos Povos Originários das Américas, descendentes dos habitantes nativos que já viviam nessas terras antes da colonização europeia. Ser indígena, nesse caso, não é uma condição isolada ou individual, pois pressupõe o envolvimento com uma identidade cultural, social e histórica única, com línguas, tradições, costumes e cosmovisões específicas.

Nessa perspectiva, o indígena representa, por exemplo, a relação especial dos Povos Originários com a terra, uma vez que valoriza a sustentabilidade, a espiritualidade e a coletividade em suas práticas e modos de vida. Ser indígena também está relacionado à luta por direitos territoriais, autonomia política e respeito à sua cultura e dignidade. Por isso, é fundamental reconhecer e valorizar a diversidade e riqueza das culturas indígenas, bem como apoiar suas reivindicações por justiça e igualdade e, nessa perspectiva, a utilização da denominação indígena se faz pertinente à medida que representa sentidos positivos/afirmativos do ser, estar e fazer dos povos originários.

Logo, **ser indígena passa a ser uma forma de anunciar ao mundo** uma condição e, mais do que isso, uma condição humana. Assim, ser indígena, nos dias de hoje, é um posicionamento político e, aliado a isso, um movimento de resistência. Sim, um movimento de resistência que se coloca entre nós desde o início dos tempos e se consolida nas décadas de 1970 e 1980. Um movimento de **resistência** que, como denuncia Gersem Baniwa (2006), de alguma forma, deixou de ser travado com o uso de



armas e começou a se dar de forma política. Um movimento que emerge na Carta Magna, de 1988, e indica a necessidade de superação da concepção de tutela e, por isso, reconhece a capacidade civil dos indígenas.

Dessa forma, exige o abandono do pressuposto integracionista, em favor do reconhecimento do direito à diferença sociocultural dos povos indígenas, na linha do multiculturalismo contemporâneo; em favor da autonomia societária dos povos e da garantia do direito ao território, à cultura, à educação, à saúde, ao desenvolvimento econômico, a partir de projetos coletivos, do direito à cidadania híbrida: étnica, nacional e global.

Dito isso, impressiona a muitos brancos e a sociedade ocidental que os povos indígenas reivindiquem o direito à vida e a melhores condições materiais de vida a partir da cultura de cada povo. Depois, desconfio que o processo de nos enganar/escravizar/matar (nessa ordem) ainda é entendido como um “direito” (justificado por uma pretensão de superioridade) intrínseco ao que desejam exercer, que nunca foi possível sem resistência e luta.

Ser indígena não é se esconder por baixo do genérico, quando os indígenas/parentes se reúnem a pergunta primordial é: de que povo você é? (Alguns não indígenas também perguntam, contudo são aqueles com certo tipo de conhecimento), então percebemos o que os outros não percebem, somos diferentes certamente, viemos de um lugar, atravessamos os tempos, vieram outras pessoas antes de nós, significamos de forma única. Isso não tem um caráter pejorativo, o encontro com uma pessoa igual/diferente ao mesmo tempo é sinal de reconhecimento, aprendizado, experiência, saudação, já que um povo pode/deve contribuir com o outro.

Ser indígena... é um ato de resistência... Por isso, segundo Maria Celestino de Almeida (2010), pela **resistência** os povos indígenas promoveram, e promovem, ao longo dos tempos, uma mudança no lugar ocupado na história do Brasil: dos bastidores ao palco. Se valeram, e se valem, da **resistência** para se tornar sujeitos ativos dos processos de ressocialização e catequese. Pela **resistência**, a definição de grupos étnicos, em categorias fixas, embora tenha sido utilizada como instrumento de dominação, foi, e ainda é, objeto de apropriação indígena e se torna, cada vez mais, mecanismo de construção de parâmetros para a sobrevivência étnica. Assim, perceber as histórias específicas dos diferentes povos, certamente implica em considerá-los, pelo



movimento de **resistência**, agentes fundamentais no processo de construção da sociedade colonial e pós-colonial.

Dito isso, cabe destacar que a **Resistência** se faz no movimento de etnogênese, a medida que constata-se uma imensa capacidade dos povos indígenas de reelaborarem redes de sociabilidade, culturas, identidades e histórias em meio às mais violentas situações de contato por eles vivenciadas do período colonial aos nossos dias. A história nos mostra que em 1809, uma declaração do próprio Príncipe evidencia a ambivalência de sua política para os índios: "Não é conforme aos meus princípios religiosos e políticos o querer estabelecer minha autoridade [...] por meio de mortandades e crueldades contra os índios [...] só desejo usar da força com aqueles que ofendem os meus vassalos, e que **resistem** aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer."

Se, [...] os grupos têm interesse em manter-se distintos, enquanto condições políticas e econômicas [...], essa parece ter sido uma forte razão para os aldeados, no século XIX, terem **resistido** à política assimilacionista.

Dando continuidade às reflexões que tecemos registramos os escritos de Ailton Krenak, para quem a história apresenta as diferentes manobras que os antepassados indígenas fizeram e que servem de alimento, juntamente com a criatividade e a poesia, para inspirar a **resistência** dos povos. Os Povos Indígenas **resistem** expandindo sua subjetividade, não aceitando essa ideia de que são todos iguais. Por isso, com estratégias de **resistência** continuada, os Povos Indígenas, conseguiram adiar o fim do mundo e fazer sobreviver 305 etnias com 274 línguas. Segundo o autor, há quinhentos anos que os Indígenas estão **resistindo** e lutando para ter o direito de ser e de viver de modo diferenciado. Essa é uma **resistência** ao processo de homogeneização proposto pelo branco "civilizado" que obrigou os povos indígenas, no período da colonização, a **resistir** à destruição e a continuar resistindo aos processos de ocupação e destruição que ainda sofrem, até o presente momento.

Em síntese, optamos por refletir sobre **RESISTÊNCIA**, considerando inicialmente que se trata de um conceito que etimologicamente é *at resistantia* e que fizemos a opção por defender o significado apresentado no Dicionário Aurélio, em sua conotação Política, quando assume **RESISTÊNCIA** como sendo "Movimento de luta nacional contra o ataque do inimigo, para manter a posição ocupada."



Acreditamos que foi, e ainda é, desta forma que, a nosso ver, os Povos Indígenas Brasileiros fazem **RESISTÊNCIA**. **Resistência** pelo movimento e pela luta contra o inimigo para manter, e se manter, numa posição ocupada originalmente. **Resistência**, por vezes, e poderíamos dizer, na maioria das vezes, de forma solitária, invisibilizada, precarizada e descaracterizada. **Resistência** porque foram, e ainda são subjugados, marginalizados e enganados. **Resistência** em defesa de seus Territórios, de suas Vidas e de suas Culturas. **Resistência** para manter as garantias constitucionais já conquistadas. **Resistência** para demandar do poder público o básico: Direito à Diferença, Saúde, Educação, Igualdade, Proteção, Representatividade e Segurança Jurídica. **Resistência** contra o racismo, o preconceito, a violação de direitos das mulheres indígenas, a falta de acesso à alimentação nutritiva e às investidas saqueadoras da terra, da cultura e da história. **Resistência** que, segundo Baniwa (2012), fez surgir o Movimento Indígena Formal e garante a sobrevivência dos Povos, bem como a apropriação de conhecimentos e a continuidade de suas identidades, valores e tradições culturais.

Resistência que, na obra de Maria Regina Celestino de Almeida (2010), indica a necessidade Indígena de se tornar sujeitos ativos dos processos de ressocialização e catequese, tornando-os parâmetro para a sobrevivência étnica. **Resistência** que, nos escritos de Krenak, demonstra a grandeza da sua abrangência quando do enfrentamento do processo de homogeneização proposto pelo branco “civilizado”.

Acreditamos que, os Povos Indígenas precisarão fazer/ser **Resistência** até o momento em que os não indígenas se despirem dos estereótipos e do preconceito, conhecerem e respeitarem os direitos, as história e as cultura, entenderem que não tem muita terra para pouco “índio” e apoiarem os movimentos e as lutas Indígenas.

Conclusão

Acreditamos ser preciso ser resistente [desobedientes] como opção pedagógica e, por isso, a educação escolar indígena e a escola indígena se tornaram espaços de resistência. A resistência que faz o Movimento Nacional da Educação Escolar Indígena, incluindo o Ensino Superior, constatar um aumento no interesse dos povos indígenas. Um aumento de interesse que se relaciona com a aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e a marginalização impostas pela história e pelos anos de exclusão e



exploração social. Educação Escolar Indígena que é entendida como ferramenta para promover as próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades. Educação Escolar Indígena que representa espaço para fazer resistência, instituir lutas e promover movimentos capazes de evidenciar, além dos seus saberes, das suas culturas e das suas histórias, a necessidade de ser visto, compreendido e respeitado.

Educação Escolar Indígena como possibilidade para fortalecer e dar ainda mais visibilidade. Visibilidade que se configura como uma espécie de garantia de sobrevivência [...], pela não aceitação da ideia de que os povos originários são todos iguais, pois somente o reconhecimento da diversidade e a recusa da ideia do humano como superior aos demais seres podem ressignificar as existências indígenas e refrear nossa marcha insensata em direção ao abismo.

A verdade é que os Povos Indígenas vivem encurralados e refugiados nos seus próprios territórios há muito tempo [...] e esse confinamento involuntário tem lhes dado resiliência, tem lhes feito mais **resistentes**. **Tem, no caso específico do Acre,** fortalecido a **resistência** da florestania que questiona a cidadania urbana, que tende a devorar tudo que tem em seu entorno e a negar a potência de outras formas de ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2010.

BANIWA, G. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

BANIWA, G. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.



CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e a sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias**. Brasília, DF, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MURA, M. **Tecendo memórias do povo mura e outros parentes**. São Paulo: Pachamama, 2002.